



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291758-6

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: HIGO EDUARDO CUNHA CORREIA E OUTROS

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PARA SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR. PONTO DE CORTE. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO. PONTO DE CORTE DEFINIDO PARA CADA DISCIPLINA. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. APELO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

1 - O conflito em tela gira em torno dos itens 3.1.6 e 3.1.8 do edital do concurso em foco. Entende o apelante que a interpretação conjunta desses itens conduz à aplicação do ponto de corte de 40% (quarenta por cento), considerando-se a totalidade das questões relativas à cada disciplina que compõem a parte geral e a específica e não sobre a totalidade do grupo de provas, ou seja, grupo de provas da parte geral e grupo de provas da parte específica;

2 - Em verdade, a interpretação razoável é no sentido de que o candidato será considerado aprovado caso obtenha a pontuação mínima no percentual de 40% em cada prova/disciplina e uma média aritmética global no percentual mínimo igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos. Caso contrário, não faria sentido o item 3.18 dispor sobre a quantidade específica de questões em cada prova. Além disso, quanto à divisão da avaliação em específica e geral, cabe notar que em nenhum momento esta divisão foi nominada de prova específica/geral, mas sim parte específica/geral;

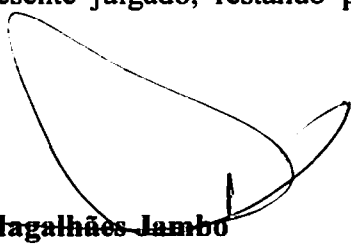
3 – Reexame necessário provido e apelo voluntário prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de **Apelação Cível nº 0291758-6**, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 12/06/14, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao reexame necessário, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado, restando prejudicado o apelo voluntário.

Recife,

12/06/14


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291758-6

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: HIGO EDUARDO CUNHA CORREIA E OUTROS

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível e reexame necessário interpostos contra sentença exarada nos autos da ação ordinária nº 0056580-19.2011.8.17.00001, na qual foram julgados **improcedentes os pedidos com relação ao autor ROBSON CARNEIRO MESSIAS** (porque não teria atingido o percentual mínimo exigido de 40% dos 70 pontos totais da parte geral, na medida em que este percentual corresponderia a 28 pontos - aplicando-se o ponto de corte em cada prova e não em cada disciplina - e ele atingiu apenas 24 pontos), e, **procedentes os pedidos formulados na exordial pelos demais autores**, permitindo que, superado o ponto de corte, permanecessem participando das etapas subseqüentes do concurso, acaso classificados dentro do número de vagas.

A lide versa basicamente sobre interpretação de itens constantes do Edital de Seleção Interna para o Curso de Formação de Sargentos PM/BM 033/2010.

Em suas razões, o apelante sustenta que os candidatos não se classificaram dentro das vagas previstas no edital e que a interpretação conferida ao item 3.1.6 c/c 3.1.8 do Edital da Seleção Interna *in casu* operada pela parte autora no sentido de que o 'ponto de corte' de 40% das provas relativas ao exame intelectual incidiria sobre o total de pontos da Prova Geral e Provas Específicas, e não sobre cada disciplina, apresenta-se insustentável.

Devidamente intimada, a parte recorrida não apresentou contrarrazões.

Manifestando-se às fls. 223/224, a representante do Ministério Público opinou pelo provimento do recurso, para reformar a decisão de primeiro grau atribuindo-se exegese contrária a tese dos requerentes, considerand-se o ponto de corte em cada prova de cada disciplina.

É o que cumpre relatar. Feito que se submete à revisão.

Recife, 29 de janeiro de 2014.

Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291758-6

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: HIGO EDUARDO CUNHA CORREIA E OUTROS

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO - MÉRITO

O conflito em tela gira em torno dos itens 3.1.6 e 3.1.8 do edital do concurso em foco. Entende o apelante que a interpretação conjunta desses itens conduz à aplicação do ponto de corte de 40% (quarenta por cento), considerando-se a totalidade das questões relativas à cada disciplina que compõem a parte geral e a específica e não sobre a totalidade do grupo de provas, ou seja, grupo de provas da parte geral e grupo de provas da parte específica.

Transcrevo o mencionado item 3.1.6:

“O Candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco)”.

Pois bem, entendo que a interpretação razoável é no sentido de que o candidato será considerado aprovado caso obtenha a pontuação mínima no percentual de 40% em cada prova/disciplina e uma média aritmética global no percentual mínimo igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

Caso contrário, não faria sentido o item 3.1.8 dispor sobre a quantidade específica de questões em cada prova. Além disso, quanto à divisão da avaliação em específica e geral, cabe notar que em nenhum momento esta divisão foi nominada de prova específica/geral, mas sim parte específica/geral.

Ademais, concordamos com o argumento utilizado pelo Estado de Pernambuco, segundo o qual se afiguraria ilógico e contrário à busca da excelência no serviço público permitir aos candidatos "zerarem" em algumas disciplinas (provas) e pontuar o máximo permitido em outras, a fim de "compensar" a pontuação.

Outrossim, ainda que se adotasse o critério de que o percentual de 40% deveria ser sobre as partes geral e específica, o edital ainda previa outros requisitos cumulativos, tal como a nota mínima de 5,0, bem como ficar entre o número de vagas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Nosso entendimento encontra respaldo em julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça, é o que verificamos a seguir:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA PROMOÇÃO À PATENTE DE SARGENTO. ALEGAÇÃO MODIFICAÇÃO DO EDITAL PELO ESTADO AGRAVADO AO SEGUIR INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DOS TERMOS DO EDITAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

1. A nota de esclarecimento expedida pela parte agravada aclarou de forma cabal que o termo "cada prova" constante no subitem 3.1.6 do instrumento convocatório, se referia a cada disciplina constante no caderno de provas o que quer dizer que o candidato para conseguir ser aprovado no certame em tela teria que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco).

2. Da análise dos autos, observa-se que o agravante não suplantou o 1º critério de corte que exigia um mínimo de 40% de acertos para cada prova/disciplina, logrando êxito, apenas, no 2º critério, uma vez que obtiveram uma nota global superior a 5 (cinco) o que não é suficiente para cumprir a exigência prevista no item 3.1.6 do edital que obriga que o candidato supere os dois requisitos citados, conjuntamente.

3. Não houve alteração dos itens 3.16 e 3.1.8 do edital, pois a administração pública apenas aplicou os critérios constantes na "nota de esclarecimento" divulgada no ofício nº 127-2010 GGAIIIC/ GICAP que informou que o candidato teria que alcançar o índice mínimo de acerto de 40% em cada disciplina, o que não foi conseguido pelo agravante.

4. A "nota de esclarecimento" lançada pelo Sr. Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social - SDS (ofício nº 127-2010 GGAIIIC/GICAP), não feriu o item 9.2 do edital visto que ela não teve o condão de substituir o edital, pois objetivou, tão somente, aclarar ponto que, em leitura desatenta, poderia causar interpretações ambíguas, não tendo produzido qualquer alteração ou retificação no Edital do certame. Além disso, a mesma foi expedida antes da correção das provas de forma que o mesmo critério de correção foi aplicado à totalidade dos e-candidatos inscritos no concurso, em respeito ao princípio da isonomia.

5. À unanimidade de votos, foi improvido o Agravo Regimental.

(Agravo Regimental nº 0016573-22.2010.8.17.0000 (221980-9/01); Relator: José Ivo de Paula Guimarães; 2ª Câmara de Direito Público. 3/9/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO SELETIVO INTERNO. SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR. NOTA DE ESCLARECIMENTO. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE RETIFICAÇÃO DAS NORMAS DO EDITAL. INTERPRETAÇÃO APLICADA A TODOS OS CONCORRENTES.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

OBDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. RECURSO A QUE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Enquanto o Estado agravante entendeu que o ponto de corte seria a obtenção de 40% de cada disciplina (cada matéria) da parte geral e parte específica e não ao total do "grupo de provas", os impetrantes preconizavam que se interpretasse o ponto de corte como sendo de 40% do grupo de provas, considerando o total da parte geral, assim como o total da parte específica.*
- 2. Do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, sobre o qual é comezinho que não cabe represália por parte do Poder Judiciário, a menos para fazer controle de legalidade, o que não é o caso.*
- 3. A interpretação dada pela Administração, além de razoável, foi linearmente aplicada, de forma generalizada, a todos os candidatos, mostrando-se irretorquível a conduta da banca, afrontada pela decisão atacada, violando o princípio da tripartição de poderes.*
- 4. Mostra-se plausível, ao menos nesta fase de cognição sumária, o argumento expendido pelo Estado de Pernambuco, segundo o qual se afiguraria ilógico permitir aos demandantes "zerarem" em algumas disciplinas(provas) e pontuar o máximo permitido em outras, a fim de "compensar" a pontuação.*
- 5. Quanto a apontada ilegalidade do ofício n.º17/2010, intitulado como "nota de esclarecimento", não vislumbro sua ocorrência, porquanto objetivou o Gestor de Capacitação tão somente aclarar os comandos do edital, a fim de dirimir eventual dúvida quanto a forma de correção das prova, que, frise-se, sequer haviam sido corrigidas, não alterando, em absoluto, a sua essência.*
- 6. Sobre o tema, pronunciaram-se também os Desembargadores Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, José Ivo de Paula Guimarães e Ricardo de Oliveira Paes Barreto nos autos do Agravo de Instrumento n.º217148-0; Agravo de Instrumento n.º217244-7 e Agravo de Instrumento n.º217305-5, respectivamente.*
- 7. Recurso Improvido. Decisão Unânime.*
(Agravo Regimental n.º 0014720-75.2010.8.17.0000 (216904-4/01); Relator: Luiz Carlos Figueiredo; 1ª Câmara de Direito Público; 31/8/2010)

O candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada prova/disciplina, dentro das suas respectivas áreas de conhecimento.

Nesse andar, temos que, além de acertar 40% das questões de cada disciplina, o candidato deve obter ainda média global aritmética igual ou superior a 05 (cinco), ou seja, o aproveitamento global do candidato deve ser ao menos de 50% (cinquenta por cento). Preocupou-se o administrador com a necessidade de limitação de erros em cada disciplina, por entender ser importante que o candidato tenha um mínimo de conhecimento sobre cada uma delas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** deste reexame necessário, reformando a sentença atacada, restando prejudicado o apelo voluntário.

É como voto, Senhores Desembargadores.

Recife,

12/06/2014


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator



933
V

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª Câmara de Direito Público
Apelação Cível/ Reexame Necessário nº 291758-6
Apelante: Estado de Pernambuco
Apelados: Hugo Eduardo Cunha Correia e OUTROS
Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO DE REVISÃO:

Analizados os autos, diante da farta jurisprudência deste Tribunal de Justiça sobre o tema, acompanho o eminente relator e voto por **DAR PROVIMENTO** ao reexame necessário, prejudicando, em consequência, o apelo.

É como voto.

Recife, 12 de julho de 2014

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Revisor